

Sinais ominosos

Julian M. Chacel

De há muito tornou-se sabedoria convencional dizer que o desenvolvimento econômico não depende apenas da capacidade dos países para acumular capital. A chamada *teoria dos resíduos* que emergiu do tratamento estatístico da correlação entre o capital físico das nações, em termos de equipamentos e instalações, e o ritmo da expansão econômica, demonstrou que a participação do fator humano na explicação desse ritmo pode ter uma importância similar aos investimentos feitos para aumentar o estoque de capital.

A herança cultural e a educação passaram a ter relevância para explicar o processo do crescimento e do desenvolvimento econômico e não é por casualidade que países dependentes da importação de matérias-primas e energia são hoje países líderes na impulsão do crescimento da economia mundial. Esta constatação, que deveria ser óbvia aos olhos de todos, põe em xeque o tão decantado *argumento da dependência*, caro aos economistas da esquerda latino-americana e endossado por boa parte dos professores universitários que assessoram, dentro e fora do Governo, o partido majoritário, o PMDB.

Esses fatores que qualificam o elemento humano repercutem sobre a capacidade de uma Nação mudar o estado das artes, através da introdução, nos métodos conhecidos de produção, da inovação tecnológica. Assim, o progresso tecnológico incorpora-se, via massa cinzenta da personagem de Agata Christie, às causas explicativas do enriquecimento das Nações.

Rememoração e reflexão vêm a propósito dos ventos do jacobinismo que perpassam pela sociedade brasileira insuflados pelos radicais da esquerda incrustados no partido majoritário e, através deste, formando um núcleo xenófobo na Assembléia Constituinte. É amplo o leque dessas manifestações contra o estrangeiro, indo desde a restrição à cidadania pela limitação a um conceito até aqui absoluto como é o *jus soli*, passando por uma definição de empresa nacional repressora da participação do capital externo e alcançando, a prevalecerem às condições de pressão e temperatura observadas na Comissão de Sistematização, a proibição da formação de *joint ventures* na área da informática ao ratificar, no texto constitucional, o que já está disposto na lei.

Os rumos que a Nova República está imprimindo ao país, ou quem sabe talvez pela falta destes, parecem conduzi-lo para uma sociedade insulada instrumentada por uma economia autárquica. Repetindo a expressão de um ex-ministro que em recente artigo disse poucas e boas e por isso incomodou os governantes e senhores da hora, o PMDB, na contramão da história, ao formular sua plataforma política, voltou as costas para o resto do mundo. Mal assessorada, boa parte dos políticos que o formam não tem a percepção da crescente internacionalização das economias nacionais num mundo cada vez mais interdependente, nem parece ter se apercebido de que os fluxos financeiros internacionais estão mudando completamente de sentido, países exportadores de capitais subitamente transformados em pesados importadores. Tampouco parece esse núcleo radical ter tomado consciência de que, entre os países ditos de industrialização recente, com economias abertas e voltadas para o exterior, estão os verdadeiros concorrentes do Brasil nesta última década deste século, já tão próxima e vizinha.

Não deixa de ser paradoxal nesse horror ao estrangeiro, que pretende transformar o mercado interno em patrimônio nacional sem indagar de como se situaria a participa-

ção brasileira no mercado mundial, o esquecimento do caldeirão de etnias que ainda estão formando nossa identidade nacional. Olvidam os xenófobos que um presidente cuja memória é hoje reverenciada tinha suas origens na Europa Central, que ministros que serviram e servem à atual Administração Federal têm nomes de família originários da península italiana e das ilhas britânicas e que o próprio Legislativo *double* de Assembléia Constituinte está formado por nomes que traem em sua origem diferentes nacionalidades. As origens portuguesas não são por si só marca de brasilidade e não é preciso chamar-se Magalhães ou Guimarães para deter o monopólio do patriotismo. Até porque, como é voz popular, o próprio presidente da República, ao adotar como seu o nome literário, abandonou as raízes portuguesas para fixar-se numa transliteração de uma palavra inglesa, que confere título de nobreza, combinada com o nome de um marechal de França.

Numa economia fechada ao exterior que busca impulso de crescimento na substituição de importações sem, contudo, ter o fôlego suficiente para investir em ciência e tecnologia; numa economia onde o *Estado Desenvolvimentista* perdeu a capacidade de investir em consequência de uma desastrosa política de preços administrados e onde se nega ao setor privado recuperar capacidade de investimento via mecanismo de conversão parcial da dívida externa em capital de risco, as oportunidades de emprego e o descortino de um futuro promissor para as novas gerações tornam-se cada vez mais problemáticos. Na perspectiva do tempo histórico, será levado a débito da Nova República o fenômeno da "drenagem de cérebro" até então desconhecido no Brasil. Em outros tempos, contava-se nos dedos das mãos o número de brasileiros a serviço de instituições internacionais. O Canadá fecha-se à imigração oriunda do Brasil, e Portugal, novo membro do Mercado Comum onde inexistia a barreira da língua, transforma-se na Meca dos médicos e de outros profissionais da área da saúde. A persistir o sentimento de desencanto com o país, a Austrália será o próximo alvo da emigração brasileira e, nesse caso, não só de gente como do capital privado que for possível salvar, diante da era de incerteza prenunciada pelo novo texto constitucional, se este for sancionado pelo plenário da Assembléia tal como sairá da Comissão de Sistematização.

A drenagem de cérebro que, na verdade, é também de braços, significa exportar a fração da força de trabalho que é a mais capaz e a mais dinâmica. Porque é preciso ousadia para emigrar e submeter-se a um novo marco institucional, aceitar uma nova ambiência e vencer barreiras culturais, é essa fração da população ativa aquela que em princípio, permanecendo no país, representaria no "resíduo" da correlação do crescimento fator, não só de sua aceleração, como de maior capilaridade social.

Há duas hipóteses possíveis para conter esse surto de migração para o exterior. A primeira supõe mudança drástica na visão política das condições para o desenvolvimento nacional, numa abertura ao exterior que não significa, necessariamente, duplicar a experiência das nações asiáticas. A segunda, uma fase cíclica de recessão mundial. Desemprego por desemprego, fica-se por aqui mesmo. Mas aí já seria exagerar no pessimismo do augúrio. A primeira alternativa permite traçar um curso de ação apenas decorrente da vontade política nacional, afastando o fantasma de uma recessão alimentada pela tendência ao isolacionismo e engendrada por tecnologia desenvolvida de modo autônomo e independente.